

RESPOSTAS:

1) Como foi o processo de definição do traçado por onde irão passar as torres de transmissão? Por que passar por cima da Escarpa Devoniana e dos Campos Gerais ao invés de fazer um traçado próximo à rodovia ou que cruzasse áreas de pinus, vegetação não nativa?

O traçado das Linhas de Transmissão é determinado a partir de critérios ambientais e técnicos. Do ponto de vista ambiental são identificadas todas as restrições existentes tais como áreas de preservação e proteção ambiental, patrimônios arqueológicos, terras indígenas e quilombolas, cidades e comunidades, dentre outras. Do ponto de vista técnico o traçado deve atender a um corredor previamente estabelecido pela ANEEL, contemplando os critérios que permitam a confiabilidade e qualidade da energia transmitida e critérios de engenharia.

Como resultado de uma ampla análise das alternativas locais, o projeto tomou o cuidado de desviar as linhas de transmissão de Unidades de Conservação de Proteção Integral, Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, núcleos comunitários e turísticos consolidados, territórios indígenas e comunidades tradicionais, zonas de proteção de aeródromos, áreas de lavra minerária, dentre outros.

Como condição para o início da construção das Linhas de Transmissão do Sistema Gralha Azul, foram necessários estudos ambientais extensivos, considerando todas as possíveis aspectos ambientais que poderiam ser afetados pelo empreendimento – tais como fauna, flora, cursos hídricos, patrimônio arqueológico e comunidades tradicionais, entre outros.

Diante desse cenário, devido à magnitude do projeto e sua grande extensão, para viabilizar a implantação se faz necessária a supressão vegetal em algumas áreas, onde não houve alternativa locacional para fixação das estruturas que integram o Sistema de Transmissão. É importante considerar que a definição locacional atende a uma série de requisitos ao longo do processo de licenciamento, tais como vistorias terrestres e aéreas, avaliação dos posicionamentos de torres, variantes de traçado para desviar de áreas com restrições, bem como atendimento das exigências técnicas estabelecidas no Edital de Leilão e, por consequência, no contrato de concessão da Aneel – como

distanciamento mínimo de cinco quilômetros entre os dois circuitos que interceptam a Escarpa Devoniana e a permanência das estruturas dentro do “corredor” pré-determinado pelas autoridades.

Nesse sentido, cabe destacar que o projeto inclui uma série de esforços e investimentos para reduzir, ao máximo, a supressão vegetal, tais como o alteamento das torres, minimizando a retirada das árvores em vãos, e o uso apenas de torres autoportantes, que ocupam uma menor área, em áreas de vegetação nativa.

Assim, quando necessária, a supressão vegetal é previamente planejada e devidamente autorizada pelos órgãos responsáveis, em total conformidade com as leis vigentes. Toda supressão realizada, bem como demais impactos que possam vir a ocorrer com as atividades de implantação do Sistema, são mitigados e compensados por meio da execução de programas ambientais, cuja execução e resultados são devidamente reportados aos órgãos competentes.

Em relação à travessia das linhas de transmissão sobre a unidade de conservação APA da Escarpa Devoniana, cabe esclarecer que ao longo do processo de licenciamento ambiental os órgãos competentes realizaram diversas vistorias terrestres e aéreas na região, que culminaram com a emissão das Licenças Prévia e de Instalação do Empreendimento sem impedimentos para a passagem das linhas pela APA. O projeto também foi analisado e aprovado pela Coordenação do Patrimônio Cultural – CPC do Estado do Paraná, por conta da travessia sobre a área em processo de tombamento na região da Escarpa Devoniana.

Assim, o projeto está comprometido em minimizar ao máximo o impacto sobre a APA, que não figura como área de proteção integral, podendo coexistir com outras atividades – a exemplo do que já acontece com outras linhas de transmissão e rodovias que a atravessam e também com o desenvolvimento da agropecuária na região.

2) Por que o empreendimento foi dividido em dois processos distintos junto ao IAT, antigo IAP?

O Sistema de Transmissão Gralha Azul é composto por diferentes Linhas de Transmissão e Subestações. Esses empreendimentos se diferenciam entre si em suas características técnicas, como a tensão transportada, bem como nas

regiões em que estão inseridos, justificando a distinção dos processos ambientais.

O desmembramento do licenciamento ambiental nos estudos ambientais, permite melhor planejamento, pormenorização das diversas variáveis envolvidas, controle e monitoramento de cada etapa.

Esta adequação é legitimada pelo art. 12 da Resolução CONAMA nº 237/97, o qual dispõe que o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento.

3) Qual a justificativa para o licenciamento ambiental ter sido feito via órgão estadual e não pelo Ibama?

Conforme previsto na Resolução Conama nº 237/97, bem como na Lei Complementar nº 140/2011, cabe ao IBAMA conduzir o licenciamento ambiental de empreendimentos localizados em dois ou mais estados, o que não se aplica ao Sistema de Transmissão Gralha Azul, o qual se encontra localizado em sua totalidade no Estado do Paraná. Dessa forma, conforme prevê a legislação vigente, e sendo regionais os impactos causados pela atividade licenciada, o licenciamento do projeto é conduzido em âmbito estadual pelo Instituto de Água e Terra – IAT.

4) O Estudo de Impacto Ambiental desenvolvido pela Engie não apresenta todos os detalhes dos impactos do empreendimento como a localização exata das torres. Além disso, por que não foi feito o estudo espeleológico completo na região ou mesmo o levantamento de quantos hectares de cobertura florestal serão suprimidos com a obra?

Os Estudos de Impacto Ambiental, apresentados na fase do requerimento das Licenças Prévia, apresentam todos os possíveis aspectos ambientais que poderiam ser afetados pelo empreendimento, desde a fauna, flora, cursos hídricos, patrimônio arqueológico, comunidades tradicionais, entre outros, e trazem o detalhamento de todos os impactos ambientais identificados, bem como das medidas de controle, mitigadoras e compensatórias. Conforme estabelecido na Resolução Conama nº 237/97, a Licença Prévia é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização

e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Informações de projeto de caráter executivo, com a localização das torres e características das estruturas, também integram processo de licenciamento apresentado ao Órgão Ambiental, e foram apresentadas na fase do requerimento das Licenças de Instalação, conforme previsto na Resolução supracitada. Nesta etapa, também foram apresentados ao IAT, os Planos e Programas de controle e monitoramento ambiental.

Quanto às cavidades naturais subterrâneas localizadas nas proximidades do empreendimento, **foi sim realizado um amplo Estudo Espelológico para caracterizá-las**. Esse estudo foi apresentado ao órgão ambiental licenciador, visando integrar o processo de licenciamento. Como resultado, foram realizados ajustes no traçado das linhas de transmissão buscando o afastamento das estruturas de algumas torres do patrimônio espeleológico registrado. O resultado foi uma nova concepção desse traçado, com relocações de estruturas (para vante ou ré em relação a sua posição original), além da criação de desvios (variantes) do traçado.

Assim, a probabilidade de interferência do ST Gralha Azul sobre o patrimônio espeleológico foi significativamente minimizada, a partir dos estudos e das ações adotadas, como as alterações no traçado, reposicionamento de torres, adoção de tecnologias que provocam menor impacto ao meio ambiente e adoção de ações previstas nos programas ambientais a serem implantados durante a construção da linha de transmissão.

5) Apesar do licenciamento ambiental ser um processo público, não é possível obter acesso ao documento via IAT. Qual a posição da Engie diante dessa falta de transparência? É possível me encaminharem os documentos do processo de licenciamento?

Todas as etapas do empreendimento estão sendo realizadas com a total transparência. Isso envolve, não só a divulgação das informações, como também o contato e esclarecimentos de dúvidas junto às comunidades adjacentes por onde as linhas passam, que desde a fase de estudos puderam esclarecer dúvidas e vêm sendo informadas sobre as etapas de construção, por meio do

desenvolvimento dos programas de sensibilização ambiental. Também foram realizadas audiências e reuniões públicas e implantadas diversos mecanismos de comunicação social, incluindo ouvidorias. Não obstante, todos os documentos e estudos que integram o licenciamento ambiental podem ser obtidos pelo público junto ao IAT.

Sobre a ENGIE

A ENGIE Brasil é a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, com capacidade instalada própria de 10.211MW em 61 usinas, o que representa cerca de 6% da capacidade do país. A empresa possui quase 90% de sua capacidade instalada no país proveniente de fontes renováveis e com baixas emissões de GEE, como usinas hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa.

Com a aquisição da TAG, a ENGIE é agora também detentora da mais extensa malha de transporte de gás natural do país, com 4.500 km.

Além disso, o Grupo atua no Brasil na comercialização de energia no mercado livre e está entre as maiores empresas em geração fotovoltaica distribuída. A empresa possui ainda um portfólio completo em soluções integradas responsáveis em reduzir custos e melhorar infraestruturas para empresas e cidades, como eficiência energética, monitoramento e gerenciamento de energia, gestão de contratos de fornecimento de eletricidade, iluminação pública, sistemas de HVAC, telecomunicação, segurança e mobilidade Urbana. Contando com 2.300 colaboradores, a ENGIE teve no país em 2018 um faturamento de R\$ 9.3 bilhões.

O Grupo é uma referência global em energia e serviços de baixo carbono. Para fazer frente às mudanças climáticas. Para fazer frente às mudanças climáticas, a ambição da ENGIE é se tornar líder global da transição para uma economia de baixo carbono para os clientes, em particular empresas e autoridades locais. A ENGIE se apoia nas suas atividades chave (energia renovável, gás, serviços) para oferecer soluções competitivas turnkey “as a service”. Com seus 160.000 colaboradores, clientes, parceiros e stakeholders, o Grupo é uma comunidade de Construtores Imaginativos, comprometidos a cada dia com um progresso harmonioso.

Receita em 2018: 60,6 bilhões de euros. O Grupo está cotado nas bolsas de Paris e Bruxelas (ENGI) e é representado nos principais índices financeiros (CAC 40, DJ Euro Stoxx 50, Euronext 100, FTSE Eurotop 100, MSCI Europe) e índices não-financeiros (DJSI World, DJSI Europe e Euronext Vigeo Eiris - World 120, Eurozone 120, Europe 120, France 20, CAC 40 Governance).